



**Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Núcleo Estadual no Maranhão**

**CONTRATO: Nº. 02/2017**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE  
NEMS/MA E A EMPRESA HORUS  
SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI-  
ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NO  
PRÉDIO DO NEMS/MA.**

A União Federal, por intermédio do **NUCLEO ESTADUAL DO MINISTERIO DA SAUDE/MA**, inscrita sob o CNPJ nº 00.394.544/0183-94, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, 16 – Bequimão, nesta capital, representada pelo Sr. **DIRCEU ESPINDULA DE ANDRADE**, casado, inscrito no CPF sob o nº 557.117.153-72, da Cédula de Identidade nº 1583752 expedida pela SSP/MA, no uso de suas atribuições que lhe são designadas pela PT/SE/SAA nº 569, de 04/04/2016, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa. **HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI - ME**, com sede na Rua Sete, Quadra 29, nº 11 Angelim – São Luís - Maranhão CNPJ nº.22.480.059/0001-67, neste ato representado pelo Senhora **CELIMAR PENHA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO**, portador (a) da Carteira de Identidade nº. 043307122011-4 SSP/MA e do CPF nº 292.620.623-20.residente e domiciliado na cidade de SÃO LUÍS - MARANHÃO, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, acordados os termos deste Contrato, objeto do **Pregão Eletrônico nº. 08/2016** Processo nº. 25014.005365/2016-78, sujeitando as partes às disposições Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, pelos Decretos números 3.555 e 5.450, de 08/08/2000 e 31/05/2005, respectivamente, pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e Decreto 6.204 05/09/2007 subsidiado, no que couber pela Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações e da IN Nº 02 de 30 de abril de 2008, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização do tipo comum com fornecimento de material, que deverão ser realizados no seguinte endereço:

**Edifício sede NEMS/MA – Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 16 – Bequimão, São Luís-MA.**

**Subcláusula primeira** – O NEMSMA reserva o direito de acrescentar ou suprimir em até 25% (vinte e cinco por cento) as quantidades constantes do

carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

**j)-** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

**k)-** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Contratante;

**l)** Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

**m)-** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

**n)-** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quando à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;

**o)-** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**p)-** Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição de imediata da mão-de-obra em caso de ausência ou greve da categoria, através de esquema de emergência;

**q)-** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

**r)-** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**s)-** Fornecer papel toalha (branco, de alta absorção e de alta qualidade, secagem com apenas duas folhas), papel higiênico, (100%) celulose na cor branco, sem perfume, de alta qualidade e maciez, folha dupla picotado em textura micro grafada ou lisa fardo com 48 rolos de 40cm, sabonete líquido neutro (diluído na proporção encomendada pelo fabricante de produto), nas quantidades necessárias;

**t)-** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;



**g)** Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso.

**h)** Eventuais cursos de treinamento e reciclagem.

**i)** Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e a CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

**j)** Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

**k)** Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**l)** Realização de todas as devidas anotações nas Carteiras d Trabalho e Previdência Social – CTPS – conforme a solicitação da fiscalização do contrato.

**m)** Utilização de folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº. 338/TST.

**n)** Respeito as estabilidades provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

**4)** Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**a)** Até que ocorra tal comprovação, a Contratante reterá a garantia prestada.

**5)** Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após recebida a autorização da Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo do início da sua execução.

**6)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7)** Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.

**8)** Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato.

**9)** Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços.

**10)** Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

**11)** Não repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e equipamentos aos seus empregados.

**12)** Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e para-fiscais,

g)Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

Pelos preços executados, a Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ **15.458,54** (quinze mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), estando nele incluído todas as despesas necessárias à sua perfeita execução, importando a despesa para o valor anual estimado em R\$ **185.502,48** (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e dois reais e quarenta e oito centavos);

**Subcláusula primeira** – O preço será com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se o custo por metro quadrado assim distribuído:

LOTE 01

Itens	Endereços	Área Piso m <sup>2</sup>		Área Esquadrias m <sup>2</sup> ( face interna/externa)	Áreas hospitalares e assemelhadas (m <sup>2</sup> )
		Interna m <sup>2</sup> .	Externa m <sup>2</sup>	Face externa/interna m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>
01	NEMS/MA/SEDE, Avenida Jerônimo de Albuquerque, 16 - Bequimão, São Luis-MA.	3.128,76	520,8	167,6	-

#### 1. DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

1.1. Considerando que os valores referentes às provisões de encargos são pagos mensalmente à empresa, a título de reserva, para utilização nas situações previstas em lei, o Contratante fará o contingenciamento das rubricas listadas abaixo:

1.1.1. 13º salário;

1.1.2. Férias;

1.1.3. 1/3 constitucional;

1.1.4. Encargos previdenciários e FGTS incidentes sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

1.1.5. Multa do FGTS por dispensa sem justa causa.

1.2. Os valores a serem contingenciados serão obtidos pela aplicação de percentuais a seguir indicados, incidentes sobre o montante mensal devido à Contratada:



- 1.4. O representante legal da empresa contratada, no ato da regularização da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deverá assinar termo específico da instituição financeira oficial que permita à contratante ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização;
- 1.5. Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente da Seccional os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas na Instrução Normativa 06/2013 do MPOG.
- 1.6. Os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada poderão ser negociadas com o banco público oficial, caso haja cobrança, com a finalidade de isenção ou redução.
- 1.7. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso não haja negociação com o banco oficial, e não seja possível a negociação com o banco oficial.
- 1.8. Os recursos depositados nas contas depósitos (bloqueadas) vinculadas serão remunerados pela poupança ou outro definido no termo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.
- 1.9. A indicação de que será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida na IN nº 06/2013 MPOG, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.
- 1.10. No caso de descumprimento do prazo indicado no Inciso II do art.6º da Resolução 183 de 24 de outubro de 2013 a contratada estará sujeita a penalidade de ADVERTÊNCIA podendo incidir a multa prevista na alínea "i" da cláusula 14 (multa de 0,05% por dia em atraso, aplicado sobre o valor do contrato) caso, notificado, não providenciar a regularização no prazo de até cinco dias úteis, sendo que, persistindo a irregularidade, além da incidência da multa diária poderá ser avaliada a continuidade da relação contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO**

Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir,



- b) Em data futura, deste que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou.
- c) Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

**Subcláusula oitava** No caso previsto na "c", imediatamente acima, o pagamento retroativo será concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

## **CLÁUSULA SEXTA-DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente em moeda corrente, através de Ordem Bancária, até o (décimo) dia útil do mês seguinte àquele em que for efetuado o serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor designado, conforme nos disposto Art. 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

**Subcláusula primeira** A Contratante efetuará o pagamento, mediante crédito em conta corrente da Contratada, mensalmente, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada e obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos;

a) Comprovante de Pagamento do mês anterior, ou seja, correspondente ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificado, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº. 9.032, de 28 de abril de 1995. Para comprovar, poderá ser apresentado recibo assinado e datado por cada funcionário, ou comprovante de entrega, à instituição bancária, da autorização de crédito da Empresa nas contas dos respectivos empregados postos à disposição da contratante, no valor líquido correspondente;

- A Folha de pagamento deverá corresponder à efetiva frequência dos empregados, vistoriada pela fiscal ou por meio do executor do contrato, será glosado, mensalmente, o valor correspondente às faltas ao trabalho cometidas pelos empregados, assim como os seus reflexos, caso não tenha sido providenciado a substituição;
- O pagamento, pela contratada, do salário dos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços e respectivas incidências mensais, deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme determina a Lei nº. 7.855, de 24.10.1989;





**Subcláusula segunda** Caso a empresa não esteja cadastrada no SICAF ou alguma certidão esteja vencida, o fato será comunicado a contratada para regularização através da apresentação das referidas certidões em plena validade, no prazo improrrogável de cinco dias a contar da notificação;

**Subcláusula terceira** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, a inadimplência com a seguridade social conduz à rescisão contratual, garantida a ampla defesa, na forma do § 3º, do art. 195, da Constituição Federal;

**Subcláusula quarta** Havendo cobrança de horas extras na fatura, esta deverá vir acompanhada de pedido ou autorização expressa da contratada, contendo as categorias envolvidas, a quantidade de horas extras pedidas ou autorizadas e o período de trabalho;

**Subcláusula quinta** Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros ed mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis) seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes penalidades;

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

e

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** = Encargos moratórios

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**Subcláusula sexta** Ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA, fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, por ocasião da execução dos serviços, esses não estiverem de acordo com as especificações estipulas das ou enquanto perdurarem pendências em sua execução;

**Subcláusula sétima** As horas extras efetivamente trabalhadas mediante pedido ou autorização da contratante e comprovadas nos autos, assim como respectiva quantidade de vales transporte que exceder à quantidade regulamente fornecida aos prestadores de serviço em razão do trabalho aos sábados, deverão ser faturadas em separado, pela contratada, e acompanhada da folha de pagamento das horas extras respectivas;

**Subcláusula segunda** Caso a empresa não esteja cadastrada no SICAF ou alguma certidão esteja vencida, o fato será comunicado a contratada para regularização através da apresentação das referidas certidões em plena validade, no prazo improrrogável de cinco dias a contar da notificação;

**Subcláusula terceira** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, a inadimplência com a seguridade social conduz à rescisão contratual, garantida a ampla defesa, na forma do § 3º, do art. 195, da Constituição Federal;

**Subcláusula quarta** Havendo cobrança de horas extras na fatura, esta deverá vir acompanhada de pedido ou autorização expressa da contratada, contendo as categorias envolvidas, a quantidade de horas extras pedidas ou autorizadas e o período de trabalho;

**Subcláusula quinta** Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros ed mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis) seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes penalidades;

$$I = (TX/100) \times 365$$

e

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** = Encargos moratórios

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**Subcláusula sexta** Ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA, fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, por ocasião da execução dos serviços, esses não estiverem de acordo com as especificações estipulas das ou enquanto perdurarem pendências em sua execução;

**Subcláusula sétima** As horas extras efetivamente trabalhadas mediante pedido ou autorização da contratante e comprovadas nos autos, assim como respectiva quantidade de vales transporte que exceder à quantidade regulamente fornecida aos prestadores de serviço em razão do trabalho aos sábados, deverão ser faturadas em separado, pela contratada, e acompanhada da folha de pagamento das horas extras respectivas;



quaisquer outros que forem devidos, relativamente aos serviços e aos empregados, ficarão a cargo da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93. na hipótese de ocorrer a sua rescisão administrativa, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no Art, 80, inciso I a IV, Parágrafo 1º a 4º do aludido diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

a) Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

b) Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI da Lei nº. 8.666/93, a administração poderá ainda aplicar penalidades contidas nos artigos 87 e 88 da Lei 8.666/93, sem o prejuízo de outras:

I) advertência por escrito;

II) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços caracterizando inexecução parcial;

III) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado, por infração de qualquer outra cláusula contratual, dobrada na reincidência;

IV) multa, compensatória no valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato;

V) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula primeira** – As sanções previstas nas letras “a” e incisos “I”, “V” e “VI” poderão ser aplicadas concomitantemente com as das letras “II”, “III” e “IV”, facultada a defesa prévia do interessado.

Incumbirá ao NEMS/MA, providenciar o extrato do presente Contrato de forma que ocorra a sua publicação no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO**

As partes firmam o presente instrumento obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficou ajustado, elegendo o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Luís - Maranhão, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões deste Contrato.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes.

São Luís - MA, 01 de fevereiro de 2017.

  
**CONTRATANTE**  
DIRCEU ESPÍNDULA DE ANDRADE  
Matrícula: 1938097  
Chefe do Serviço de Gestão  
Administrativa - SEGAD/MA

  
**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:  
CPF:

Nome:



objeto, de acordo com o Parágrafo Primeiro e Segundo, do art. 65 de Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

**Subcláusula segunda** – Os serviços objeto do presente contrato serão prestados pela CONTRATADA, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, devendo ser observado o Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº.08/2016 passando tais documentos e outros gerados até a assinatura deste Contrato, a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, devendo os mesmos permanecer na SEGAD.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 1) Os serviços, objeto da presente, serão executados pela Contratada, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório, na Lei nº. 8.666/93 no decreto nº. 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº. 02/08 e demais normas legais e regulamentares pertinentes, além do fornecimento da mão-de-obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais dos equipamentos, ferramentas, utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, obriga-se a:
  - a)- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
  - b)- Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
  - c)- Alocar para a execução dos serviços, o número de empregados previsto na proposta e no contrato Administrativo;
  - d) Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
  - e)- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
  - f)- Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
  - g)- Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
  - h)- Substituir ou reparar, por um outro de igual qualidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, bens (móveis/imóveis e instalações) pertencentes ao NEMS/MA, danificados, total ou parcialmente, por empregado da empresa Contratada;
  - i) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes,





**u)-** Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;

**2)** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

**a)** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

**b)** Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

**c)** Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

**d)** Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

**e)** Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

**f)** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

**g)** Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

**3 ).** Comprovar o cumprimento, dentre outras, das seguintes obrigações trabalhistas e sociais:

**a)** recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, por meio dos seguintes documentos:

**I -** Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

**II -** Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência.;

**III -** Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

**IV -** Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).

**b)** recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, por meio da apresentação da Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, e dos elementos apresentados nos itens I e IV da alínea "a".

**c)** Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior.

**d)** Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível.

**e)** Pagamento do 13º salário.

**f)** Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei.



emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e ensejará a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente. Fica esclarecido de que não se estabelece por força da prestação dos serviços objeto do Contrato, qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados que a Contratada fornecer para execução dos serviços.

13) Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

14) Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.

15) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

16) Atender prontamente as exigências da Contratante inerentes ao objeto do contrato.

17) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações da Contratante:

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas.

b) Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, e disponibilizar instalações sanitárias e vestiários.

c) Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

e) Efetuar os pagamentos devidos.

f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre a NF			
ITEM	Percentual		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
<b>Subtotal</b>	<b>25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)</b>		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º(décimo terceiro) salário*	7,39%  (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60%  (sete vírgula seis por cento)	7,82%  (sete vírgula oitenta e dois por cento)
<b>TOTAL</b>	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.3. Os valores provisionados para o atendimento do **Item 8.2** serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da planilha de formação de custos que acompanha a proposta da contratada;






**Subcláusula primeira** – Adotar-se-à, como data do orçamento a que a proposta se referir, a data contida no acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

**Subcláusula segunda** - A repactuação será requerida pela contratada, acompanhada de demonstrativo analítica do aumento dos custos, por meio de apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços para conferência e aprovação pela Contratante, sendo comprovada, conforme o caso:

- a) Através de cópia autenticada do acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, para o aumento de salários;
- b) Através de cópias da publicação do Decreto da majoração, para novos preços dos vales-transportes;
- c) É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por forças de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

**Subcláusula terceira** Os valores dos materiais de limpeza e higiene de que trata o Termo de Referência, serão atualizados pela variação do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente;

**Subcláusula quarta** A solicitação da repactuação será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos Administrativos;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- e) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores Oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) A disponibilidade orçamentária da contratante.

**Subcláusula quinta** A contratada atualizará o valor do salário de seus funcionários que prestam serviço neste Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA a partir da data disposta no Acordo, Convenção ou dissídio coletivo, mesmo que a repactuação contratual se efetive em data posterior em razão do natural andamento processual, visto que seus efeitos retroagem à data da vigência da alteração do salário base;

**Subcláusula sexta** A contratada poderá, a seu critério, realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada;

**Subcláusula sétima** Os valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte;

- a) A partir da assinatura do termo aditivo;



- O pagamento da remuneração aos empregados deverá obedecer aos valores dispostos na Planilha de Custos de Preços, com as alterações resultantes dos Acordos Coletivos da Categoria em vigor, assim como dos advindos de Termos Aditivos ao Contrato;
  - A Folha de Pagamento deverá discriminar as horas-extras autorizadas e trabalhadas no mês pelos prestadores de serviço, se houver. A contratada fará jus ao pagamento unicamente nas horas extras que resultam da solicitação da contratada ou de autorização expressa;
- b) Comprovante de recolhimento das contribuições sociais (Previdência Social e Fundo de Garantia por tempo de Serviço), correspondente ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, nominalmente identificados, compatível como efetivo declarado e que conste na folha de pagamento dos empregados à disposição da contratante de que trata o item "a", acima, na forma dos §§ 3º e 4º Art. 31 da Lei nº. 8.212, de 24.07.1991, com as alterações da Lei nº. 9.032, de 20.04.1995:
- A comprovação de recolhimento dos encargos sociais se dará por meio da apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência GFIP;
  - Os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais entregues ao executor do contrato em cópia autenticada, podendo ser autenticados pelo próprio executor, à vista do original;
  - A Contratada apresentará trimestralmente à Contratante os extratos das contas do INSS e do FGTS dos terceirizados vinculados ao presente contrato.
- c) Comprovante do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração (mês anterior ao que foi faturado), com identificação nominal de todos funcionários terceirizados que prestarem serviços no respectivo mês por força do presente contrato, e apenas destes.
- d) Comprovante de adimplemento acerca do vale transporte e auxílio alimentação dos empregados, na forma definida em lei ou em sentença normativa, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria.
- e) Comprovante de regularidade fiscal mediante consulte on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para obtenção de certidão negativa dos seguintes documentos:
- Certidão de Regularidade de Sistema perante o FGTS;
  - Certidão Negativa de Débitos com INSS;
  - Certidão Conjunta Negativa de regularidade junto à Receita Federal;





**Subcláusula oitava** de acordo com a Lei Federal nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, Lei Federal nº. 10.833/2003 e Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela Instrução Normativa/RFB nº. 791, de 10 de dezembro de 2007, da Secretaria da Receita Federal (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), também os valores referentes ao ISS, nos termos da Lei Complementar nº. 116, de 31.07.2003, salvo se a empresa contratada apresentar prova de opção pelo modelo SIMPLES, serão retidos ainda os valores relativos à Previdência Social, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº. 03/2005;

#### **CLÁUSULA SETIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas que decorrerão do Contrato terão amparo no Orçamento da União/Exercício de 2017, Fonte: 6151000000, Programa de Trabalho 091413, Elemento de Despesa **339037**, NE 2017NE800005

**Subcláusula Primeira** – As despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta do Elemento de Despesa 339037, em Programa de Trabalho específico a ser consignado no Orçamento da União.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a iniciar-se à na data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado pelo NEMS/MA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem ao no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao credenciante, como também fiscalizar os serviços objeto do presente Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o presente Contrato.

**Subcláusula Primeira** – A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº 8.666/93).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – ÔNUS E ENCARGOS**

Todas as despesas decorrentes do presente Contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, imposto, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e



**Subcláusula Segunda** – A sanção estabelecida no subitem VI é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Subcláusula Terceira** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Subcláusula Quarta** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária de participação em licitação ou multa;
- b) Rescisão do Contrato.

**Subcláusula Primeira** – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado. Neste caso a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA**

Como garantia de execução deste Contrato, a CONTRATADA apresentará garantia, no valor de R\$ 9.275,12 (nove mil duzentos e setenta e cinco reais e doze centavos), correspondente a 5% do valor deste Contrato.

**Subcláusula primeira** - Em se tratando de garantia prestada por caução em dinheiro recolhida junto a Caixa Econômica Federal - CEF, em conta específica, esta será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º, Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

**Subcláusula segunda** - A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pelo NEMS/MA, que o objeto do Contrato foi totalmente realizado a contento.

**Subcláusula terceira** - A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

**Subcláusula Quarta** – A garantia deverá ser apresentada em até 10 dias uteis após a assinatura do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

